

Estudo comparativo do uso dos verbos *esquecer(se)* e *lembrar(se)* em jornais do século XIX e XXI

Soelis Teixeira do Prado Mendes¹

Resumo: A pesquisa teve por objetivo realizar um estudo comparativo da(s) regência(s) dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* em jornais do século XIX e do século XXI. Como aporte teórico nos baseamos em Faraco (1997) e nos gramáticos Brandão (1888), Brandão (1963), Luft (1976, 2008) e Cunha e Cintra (2017). Como metodologia, coletamos estruturas nas quais ocorreram os verbos sob análise em jornais de cada sincronia. Em seguida, foram feitas análises qualitativa e quantitativa, em cada sincronia, para cada verbo separadamente, e depois os resultados apurados foram comparados entre os séculos. Verificamos que, de maneira geral, nestes *corpora*, a forma simples não pronominal – de ambos os verbos – foi preferida pelos redatores ao longo do tempo, especialmente a do *lembrar(-se)*. Este verbo aparentou ter sofrido alguma mudança com o tempo, pois a forma simples com complemento direto (VTD) que hoje é reconhecida como padrão da língua, ao lado da forma pronominal, não esteve registrada nos manuais da sincronia pretérita consultados, e, por isso, pareceu-nos se tratar de uma variante estigmatizada e inovadora à época. Além disso, com exceção desse caso, deve-se pontuar que, em ambos os períodos, os desvios às normas mostraram-se bastante contidos para que se pudesse falar em mudança.

Palavras-chave: Estudo comparativo. Gramática da língua portuguesa. Regência verbal.

Comparative study on the use of the verbs “forget (*esquecer-se*)” and “remember (*lembrar-se*)” in 19th and 21st Century newspapers

Abstract: This research aimed to carry out a comparative study on the collocations of the verbs forget (*esquecer-se*) and remember (*lembrar-se*) in newspapers from the 19th and 21st centuries. It is theoretically based on Faraco (1997) and on the grammarians Brandão (1888), Brandão (1963), Luft (1976, 2008), and Cunha and Cintra (2017). As for methodology, we collected structures in which the verbs under analysis occurred in newspapers of each synchrony. Afterward, qualitative and quantitative analyses were performed in each synchrony, for each verb separately, and then the results obtained were compared between the centuries. We found that, in general, in these corpora, the simple non-pronominal form – of both verbs – was preferred by the writers over time, especially the one for remember (*lembrar-se*). This verb appears to have undergone some changes over time since the simple form with direct complement (DTV) that is now recognized as the standard of the language, alongside the pronominal form, was not recorded in the past-synchrony manuals consulted, and therefore, it seemed to be a stigmatized and innovative variant at the time. Furthermore, except for this case, it should be noted that, in both periods, the deviations from the norms were sufficiently restrained so that one could speak of change.

Keywords: Comparative study. Portuguese language grammar. Verb collocation.

¹ Professora do Departamento de Letras, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora e Mestra em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Língua Portuguesa e suas Literaturas pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0002-3792-4974>. E-mail: soelis@ufop.edu.br

Introdução

O assunto abordado no presente artigo é parte constitutiva da pesquisa realizada em nível de IC, conforme Edital PIP/XXXX-1S 2021/2022), intitulada *Estudo de fenômenos linguísticos da língua portuguesa: o passado como fonte para o entendimento do presente*, sob orientação da autora deste artigo à bolsista xxxxxxxxxx. Nessa pesquisa, investigamos o emprego dos verbos *aspirar*, *assistir*, *ir*, *chegar*, *visar*, *obedecer*, *responder*, *falar*, *esquecer(-se)*, *lembrar(-se)* e *gozar* em notícias de jornais mineiros, do século XIX e do século XXI, para, então, ao fim, compará-lo às prescrições de alguns gramáticos de cada uma dessas sincronias, a fim de verificar se estavam ou não conformes à prescrição normativa.

Entretanto, para a discussão do presente artigo, restringimo-nos aos verbos *esquecer(se)* e *lembrar(se)* e suas respectivas transitividades, ampliando os *corpora* do século XXI; para o século XIX, continuamos com o jornal de Ouro Preto *O Universal*, mas para o XXI se juntaram ao jornal *O Tempo*, de circulação em Minas Gerais, *O Globo* e a *Folha de São Paulo*. Assim, o objetivo geral do presente artigo é analisar e comparar o uso de regência verbal de *esquecer(se)* e *lembrar(se)* em notícias dos jornais já mencionados, e verificar se estão de acordo com a prescrição normativa.

Devemos mencionar também, as questões norteadoras desta pesquisa, às quais buscaremos ao fim responder: o que dizem as gramáticas normativas de ambos os períodos sobre a regência dos verbos sob estudo? Em todos os jornais, o uso das regências esteve de acordo com o que preconizam os gramáticos contemporâneos a eles? Agora, com a ampliação do *corpus* de língua da sincronia contemporânea, localizaremos algum indício de mudança na regência dos verbos ao compararmos os dois períodos históricos? Considerando os resultados da pesquisa anterior, nossa expectativa é que, em ambos os períodos, o nível de adequação às normas permaneça alto, e não haverá indicativo de mudança, e que o verbo *esquecer(-se)* seja mais usado na forma simples e o *lembrar(-se)*, na pronominal, com base sobretudo nos achados de Marques (2006), que lidou com a modalidade escrita da língua.

Para obtermos respostas, avançamos com estes objetivos específicos: i) verificar, nas gramáticas de Thomaz Brandão (1888) e de Cláudio Brandão (1963), quais as prescrições da sincronia pretérita para o uso da regência desses verbos; ii) verificar, nas gramáticas de Celso Luft (1976, 2008) e Cunha e Cintra (2017), quais as regras prescritas para o uso da regência

desses verbos na sincronia contemporânea; iii) levantar todas as ocorrências dos dois verbos nos *corpora* desta pesquisa; iv) classificar sintaticamente os verbos de acordo com as prescrições; v) analisar o emprego dos verbos com base nas instruções dos gramáticos em questão, comparando-se, ao fim, o uso das regências encontradas em ambas as sincronias.

Sigamos com o artigo.

O gênero *notícia*

Conforme Bakhtin ([1979] 1997), os gêneros são formas relativamente estáveis estabelecidas como práticas sócio-históricas e podem ser analisados a partir de três critérios: conteúdo temático, estilo e construção composicional. O conteúdo temático refere-se àquilo de que trata o gênero, ou, em outros termos, aquilo que é dito e aquilo que pode ser dito nele; o estilo, por sua vez, refere-se às seleções lexicais e aos aspectos gramaticais; já a construção composicional se refere à estruturação e ao enquadramento formal, incorporando as tipologias textuais e as partes constitutivas de cada gênero. Marcuschi (2002) acrescenta a essa definição que os gêneros são ferramentas de comunicação que se tornaram rotineiras em uma dada esfera social, ou seja, são *entidades sociodiscursivas*. Assim, por organizarem as atividades humanas, são vistos como uma forma de *ação social*.

Além desses conceitos, é preciso considerar, ainda, aspectos como o *domínio discursivo* e o *suporte* a que os gêneros se vinculam. Segundo Marcuschi (2008, p. 174), o suporte pode ser entendido como um “[...] locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”, ou seja é o lugar em que o gênero circulará – em nosso caso, trata-se do jornal, impresso ou virtual. O domínio funcionará como uma *esfera ou instância de produção discursiva* (p. 23), e passa a comportar determinados gêneros – em nosso caso, a notícia, as quais obedecerão a regras socialmente construídas para o seu funcionamento.

Assim, ao nos propormos a investigar o uso dos verbos *esquecer(se)* e *lembrar(se)* e suas respectivas regências no gênero *notícia*, acreditamos que os jornais, que servem de *corpora* para a presente investigação, fazem uso de uma prescrição normativa vigente em ambos os períodos sob estudo. A respeito disso, é interessante lembrarmos que a condição de produção desses textos já aponta para um certo grau de monitoração da escrita, conforme a orientação do *Manual de Redação da Folha de S.Paulo* (2007, p. 77):

O texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância.

Escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível, sem tornar o texto impreciso. Palavras difíceis e construções rebuscadas dificultam a comunicação [...].

Conforme Melo (1985), os gêneros do jornal podem ser divididos em *informativos* e *opinativos*. A notícia, em específico, por pertencer à primeira categoria, gera a expectativa de que fatos relevantes socialmente devam ser transmitidos de forma bastante objetiva e acessível ao público leitor e por meio de uma linguagem moderadamente obediente à norma. Nesse caso, as sequências tipológicas mais características são a *narração* e, sobretudo, a *exposição*.

Assim, ainda que Marcuschi (2002) nos lembre do *continuum* entre fala-escrita, em que a notícia escrita se aproxima do polo da fala, por ser um gênero muito produtivo e central nesse suporte, o esperado é que a língua se manifeste “nos limites do que se considera socialmente correto e adequado à abrangência do veículo” (Lage, 2006, p. 24). Isso porque as pessoas que desse domínio fazem parte estão ligadas à cultura escrita, que naturalmente pressupõe o máximo possível de concordância às regras gramaticais. Por isso, a expectativa inicial é a de que os textos com os quais lidaremos funcionem dessa forma, especialmente devido ao tão estimulado imaginário social de que a língua é imutável e pura, sobre o que falaremos adiante

Os corpora

Apresentamos a seguir os *corpora* nos quais nos baseamos para propor esta investigação; inicialmente, trataremos do *Jornal O Universal*, que circulou em Ouro Preto no século XIX e, posteriormente, trataremos dos jornais contemporâneos *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Tempo*.

O corpus de língua do século XIX: O Universal

Conforme Mendes (2007), *O Universal* começou a circular em 1825 no prematuro mercado do jornalismo mineiro e, aos poucos, conquistou seu espaço em seus 17 anos de trajetória, tornando-se uma referência na área devido à sua força de expressão e criticidade. Era considerado um jornal moderadamente liberal, já que, apesar de apoiar D. Pedro I, não hesitava em pontuar alguns deslizes quando lhe parecia necessário, principalmente no momento em que esteve sob a liderança de Carvalho (a partir de 1833). Esse dirigente passou a apontar os erros do Imperador assim que abdicou do trono, culpando-o pela escravidão, e até o fim do Primeiro Reinado, lançava críticas somente aos aliados dele (Rezende, 2009).

Em um período de crescimento econômico e de conflitos políticos, o mercado jornalístico mineiro foi, aos poucos, ganhando mais espaço, já que era por meio dos periódicos que liberais e conservadores se manifestavam. Em outros termos, era por meio desses gêneros que se davam a *interação*, a *ação* e a tentativa de *controle social*. (Marcuschi 2008).

No que se refere à “obediência” à prescrição normativa, acreditamos que a redação n’*O Universal* sofria uma certa monitoração da escrita, apesar de, nesse período, haver um desejo de transformar a língua do colonizador em língua da nação brasileira (Guimarães, 2005), o que não ensejou, entretanto, na mudança imediata da gramática da língua portuguesa em solo brasileiro. Além disso, conforme Faraco (2011, p. 271), “boa parte da nossa elite letrada do século XIX desejava ardentemente viver em uma sociedade branca europeia. Tinha, portanto, de virar as costas para o país real, figurá-lo diferente do que era”. Por isso, acreditamos que, n’*O Universal*, um distanciamento desse modelo seria considerado um erro, uma violação à “unicidade e pureza” da língua.

O corpus de língua do século XXI: *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Tempo*

Fundada em fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, a *Folha de S.Paulo* foi criada em oposição a *O Estado de S. Paulo*, o mais influente da cidade naquele momento. Então, a partir de 1960, quando as três edições – da manhã, da tarde e da noite – foram unidas para formar a conhecida *Folha*, a empresa gradativamente passou a se destacar no mercado jornalístico brasileiro, sobretudo por ter sido a pioneira em muitas atividades, tais como o investimento na impressão *offset*, a criação de uma seção para artigos que se pautassem na pluralidade ideológica, a instituição do cargo de *Ombudsman* (estabelecido para avaliar a qualidade do jornal), a implantação do seu primeiro *Manual de Redação* e o recorde de vendas em todo o país com o *Atlas Folha/The New York Times*, em 1994.

Outros feitos que a tornaram singular no jornalismo brasileiro foram a criação da *FolhaWeb*, o primeiro site de notícias em 1996; o lançamento do jornal *Agora* e do *Valor Econômico* (este em parceria com o Grupo Globo); a renomeação do site para *Folha.com* em 2010; e a adoção do *paywall* poroso – vale mencionar que, mais uma vez, foi a primeira a experimentar esse modelo.

O jornal *O Globo* foi fundado em julho de 1925 por Irineu Marinho e, mais tarde, coordenado pelo seu filho Roberto Marinho, que permaneceu na direção por 72 anos, até sua

morte. Em 1936, cobrindo a participação da nadadora Piedade Coutinho nas Olimpíadas de Berlim, o jornal foi o primeiro do Brasil a publicar uma telefoto. Já em 1959, noticiando inédita e frequentemente os conflitos da Segunda Guerra Mundial, também foi o primeiro na América Latina a publicar radiofotos em cores.

Naturalmente, com o desenvolvimento tecnológico, aos poucos foi sendo aperfeiçoado e conhecido, o que lhe rendeu uma edição dominical em 1972. Mais tarde, em 1982, a fim de que fosse estabelecida uma conexão mais forte com os leitores, a pedido de Roberto Marinho foram criados os *Jornais de Bairros*, divididos em mais sete cadernos que cobrissem o crescimento de outras cidades do estado do Rio de Janeiro: Méier, Barra, Copacabana, Ipanema, Madureira, Botafogo, Leopoldina, Ilha e Niterói. A partir disso, foram lançados não somente outros jornais (*Extra* e *Expresso*) e o site oficial do *Globo* em 1996, mas também foi inaugurado o Parque Gráfico em 1999, para que houvesse um aumento na produção de impressos, uma vez que o jornal continuava a se expandir fortemente no mercado jornalístico brasileiro², o que persiste até os dias atuais.

O jornal *O Tempo*, embora não possua o mesmo alcance que os dois jornais anteriores, possui boa circulação em Minas Gerais. Lançado em novembro de 1996 por Vittorio Medioli, em seus 24 anos de trajetória, foi gradativamente adaptado às necessidades da população e assumindo também o formato digital, o que lhe rendeu posições satisfatórias no ranking dos mais vendidos do Brasil.

No que concerne à sua liderança e à sua qualidade, de acordo com pesquisa realizada pela Associação Nacional de Jornais, em 2014 *O Tempo* atingiu a 20ª posição no top 50 dos jornais mais vendidos em todo o Brasil³. Já em 2018, segundo o artigo também publicado no *Portal O Tempo*, podemos encontrá-lo entre os dez mais vendidos do país ao completar seus 22 anos de trajetória, o que o fez superar a queda nas vendas que os jornais impressos tiveram devido ao advento das mídias digitais. Em 2020, “segundo o IVC, que faz auditoria de 45 veículos em todo o país, só em Minas Gerais foram 151.099 exemplares lidos por dia, em julho, desse total, 82,5% foram do *Super* e de *O TEMPO*”.

² LINHA do Tempo. **Memória O Globo**. Rio de Janeiro, [2013?]. Linha do Tempo. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

³ COUTINHO, E. Quais são os jornais de maior circulação no Brasil? **Casa dos Focas**, São Paulo, 5 jul. 2013. Disponível em: <https://www.casadosfocas.com.br/quais-sao-os-jornais-de-maior-circulacao-no-brasil/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Verificado o alcance desses jornais, vamos nos manter com o mesmo posicionamento de que tais periódicos zelam pela prescrição normativa. Isso porque seus redatores, por fazerem parte da cultura escrita, têm conhecimento da pressão que esse tipo de registro exerce no domínio discursivo do qual fazem parte, como vimos na orientação do *Manual de Redação* da própria *Folha*. Além disso, para reforçar esse ponto de vista, trazemos novamente Faraco (2011), de acordo com quem a possível preferência às formas de prestígio, preservadas pelos manuais de consulta tradicional, ainda persiste devido ao mito de unicidade da língua, agora também alimentado por *consultórios gramaticais de imprensa*.

Procedimento metodológico

Ao considerarmos que esta é uma pesquisa quanti-qualitativa, centrada em descrição e explicação de dados verbais, realizamos os seguintes procedimentos:

- I. pesquisa bibliográfica, na qual foram selecionadas quatro gramáticas – Thomaz Brandão (1888); Cláudio Brandão (1963); Celso Luft (1976, 2008); e Cunha e Cintra (2017) – para lidarmos historicamente com o conceito e os usos de regência verbal, além das pesquisas de Marques (2006) e de Santos (2021), cujos resultados, ao fim, compararemos com os nossos;
- II. leitura e análise documental, tendo sido os jornais *Universal* (1825-1842), *Folha de S.Paulo* (1921-), *O Globo* (1925-) e *O Tempo* (1996) que compõem nossos *corpora*.

Dessa forma, sabendo que o principal objetivo desta pesquisa foi o de realizar um estudo comparativo da(s) regência(s) dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* em notícias de jornais dos séculos XIX e XXI, priorizamos a coleta de dados. Assim, partimos, inicialmente, para o levantamento de todas as ocorrências na *Folha* e n’*O Globo*.

Começando pelo *O Universal*, primeiramente, fizemos o *download* de 72 edições de 1825 – as únicas disponíveis do ano em que surgiu – no site do *Arquivo Público Mineiro* -, por meio do qual é possível ter acesso a acervos documentais do Estado. Na sequência, pelo site *Convertio*, transformamos os documentos em TXT, uma vez que, para nos auxiliar a localizar

as ocorrências dos verbos sob análise, o *corpus* seria submetido à ferramenta *AntConc*⁴, que não consegue fazer a busca em arquivos que estejam em formato PDF. Para realizarmos essa busca, por precaução, optamos por escrever o verbo por completo e a tentar outras formas ortográficas, já que, no início da pesquisa, o programa não conseguia ler corretamente os arquivos – o que foi resolvido quando tivemos acesso a uma outra versão do material. Então, ao fim dos levantamentos, registramos todas as ocorrências em planilhas do *Excel*, o que nos foi pouco produtivo, tendo em vista que, mais tarde, tivemos de passá-las para uma tabela no *Word*. Por isso, armazenamos os dados dos jornais contemporâneos imediatamente nesse processador de texto.

Depois disso, partimos para a coleta de dados d’*O Tempo*. Para isso, acessamos o site oficial do jornal e percorremos o seguinte caminho: *Menu > Cidades: Notícias locais > Todas as notícias*. A partir disso, foram selecionadas 144 matérias que tivessem sido publicadas entre os dias 11 e 23 de novembro de 2021, ou seja, as mais recentes à busca da pesquisa. No que diz respeito ao critério da seleção, como as matérias d’*O Tempo* não eram paginadas (diferentemente das edições d’*O Universal*), tivemos de passar um dos textos para o *Word* apenas para verificar quantas páginas aproximadamente teríamos. A partir disso, chegamos à conclusão de que os textos atingiriam cerca de uma página e meia ou duas. Por isso, considerando que no jornal anterior havíamos verificado 72 edições, para lidar com o contemporâneo deveríamos apenas duplicar esse número. Quanto à busca propriamente dita, por ter sido um texto *on-line*, pudemos nos valer das teclas de atalho *Ctrl + F* para escrever a raiz do verbo que nos interessasse, o que funcionou da mesma forma com a *Folha* e *O Globo*. Ou seja, do mesmo modo, acessamos o site oficial deles para fazermos o levantamento das 144 matérias; contudo, desta vez, priorizamos aquelas que tivessem sido publicadas entre os dias 01 e 06 de abril de 2022 – a saber, todas encontram-se em *Cotidiano*, na página inicial.

No que concerne às especificidades da análise de dados – realizada após o fichamento das gramáticas com as quais trabalhamos –, optamos por adotar a classificação alternativa de Celso Luft (2008) para lidarmos com ambas as sincronias por ter-nos parecido mais adequada, uma vez que considera as formas simples e pronominal dos verbos, conforme mencionamos antes. Aliado a isso, consideramos as prescrições dos demais gramáticos com que trabalhamos para, ao fim, avaliarmos o emprego desses verbos. Ou seja, reforçamos que a classificação

⁴ Esta ferramenta foi criada pelo britânico Dr. Laurence Anthony, professor em Waseda University, no Japão. A versão utilizada para esta pesquisa foi a Windows 64-bit (3.5.8).

contemporânea adotada em nada interfere na avaliação dos usos da sincronia pretérita, pois, como vimos, os verbos tradicionalmente precisam de um complemento, e essa classificação apenas sinaliza a forma verbal em que foi empregado.

Além disso, devemos mencionar que foram mantidas as frases que, em sua estrutura, continham a representação de discurso direto, pois, como podemos encontrar pistas do vernáculo na modalidade escrita da língua, entendemos que todas as formas seriam válidas neste estudo. Por outro lado, foram excluídos da análise os seguintes casos: i) orações cujos verbos não estiveram flexionados; ii) orações cujos verbos estiveram na voz passiva; iii) construções em que os verbos estiveram em 3ª pessoa, na qual o objeto figurou como o sujeito da ação; iv) orações cujo verbo *esquecer(-se)* não foi empregado com a tradicional acepção de *olvidar*, *sair da lembrança*; v) orações cujo verbo *lembrar(-se)* não foi empregado com a acepção de *recordar* ou *relembrar*⁵; vi) orações cujo verbo esteve sem complemento explícito. A justificativa pela qual esses critérios tenham sido desconsiderados está no fato de que, primeiramente, apoiamo-nos aos critérios de exclusão estabelecidos por Marques (2006) e Santos (2021), que, como vimos, lidaram com o mesmo objeto de estudo.

Referencial Teórico

Como nosso objetivo é fazer um estudo comparativo entre o uso dos verbos *esquecer(se)* e *lembrar(se)* em jornais do século XIX e XXI, vamos nos apoiar nas discussões da Linguística Histórica que trata, conforme Mattos e Silva (2008, p. 8):

(...) de interpretar mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território, não necessariamente contínuo.

A mudança linguística, em síntese, pode ser *contínua*, *lenta*, *gradual* e *relativamente regular* (Faraco, 1997). *Contínua* porque a língua, tal como a percebemos hoje, é resultado de uma ininterrupta série de transformações ao longo da história; *lenta* porque, embora a mudança

⁵ Referente a este quinto critério, apresentamos como justificativa para termos escolhido trabalhar apenas com esses significados o fato de que *recordar*, *relembrar* é “[...] a acepção que mais gera problemas quanto à regência [...]” (MARQUES, 2006, p. 133), além de que as prescrições de uso para esse caso são as mesmas para o verbo *esquecer(-se)*, independentemente da forma assumida.

seja contínua, ela nunca ocorre abruptamente; *gradual*, porque “a substituição de uma forma x por outra (y) passa sempre por fases intermediárias” (Faraco, 1997, p. 28); e relativamente regular, porque, uma vez que haja as mesmas condições – ‘mesmo contexto linguístico, no mesmo período de tempo e na mesma língua’ – um fenômeno linguístico – ‘quando em processo de mudança – é progressiva e normalmente, alcançado em todas as suas ocorrências.” (Faraco, 1997, p.30).

Como a mudança não é abrupta, ela passa por um período em que ocorre variação linguística, por meio da qual uma estrutura inovadora concorre com uma estrutura antiga, podendo essa última ser substituída pela primeira, havendo, então, a mudança. Mas como bem defenderam Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

Assim, devido à natureza discreta e aparentemente ordenada da mudança, é natural ao falante não percebê-la ou, quando o fizer, poder não avaliá-la positivamente, pelo menos a princípio. Segundo Faraco (1997), essa tomada de consciência pode ser estimulada a partir do contato do falante com textos mais antigos, com o contraste entre língua falada e língua escrita ou com falares típicos de outras gerações, regiões ou estratos sociais, em especial, com aqueles mais desfavorecidos economicamente. Há de se acrescentar que a sensação de estabilidade da língua se deve à indiscutível pressão exercida pela modalidade escrita nas sociedades que a têm como parte de sua cultura. A escrita, podemos assim pensar, ao longo da história, foi pensada para conservar um modelo de língua, devido à sua natureza mais permanente, ao contrário do aspecto sonoro da linguagem, e à sua associação com situações de uso mais formais, o que está socialmente ligado à condição de prestígio. Por isso, as inovações linguísticas constituem valiosas pistas para os estudos da linguagem, sobretudo quando se manifestam nessa modalidade mais conservadora. É considerando isso que verificaremos os usos de regência dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* em jornais dos séculos XIX e XXI, à luz dos gramáticos contemporâneos a eles.

Quanto à *regência* que é a relação de interdependência entre os elementos – ou melhor, os termos – da língua, trata-se do “[...] princípio que governa a estrutura da frase, lhe dá sentido, equilíbrio e perspectiva” (Luft, 1976, p. 126). Contudo, no caso desta pesquisa, interessa-nos apenas a conexão entre o verbo (termo regente) e seu complemento (termo regido), o que pode ocorrer com ou sem o emprego de uma preposição, como bem sabemos. Nesse caso, portanto,

o verbo terá predicação *incompleta* (ou seja, será transitivo), de modo contrário aos intransitivos, cuja predicação é *completa*, nas palavras do referido autor.

Nesse sentido, primeiramente, relembremos que, para classificarmos a predicação de um verbo, no que diz respeito à transitividade e à intransitividade, basta analisarmos se a ação expressa por ele vai além de si, ou seja, se recai a outro elemento ou não. Assim, será transitivo o verbo que necessitar de um complemento, direto ou indireto, para expressar sua ação; caso contrário, será intransitivo, já que toda a ação e o significado estarão contidos nele. Contudo, devemos frisar, conforme explicam Cunha e Cintra (2017, p. 152): “a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente”, uma vez que há a possibilidade de a predicação verbal sofrer alterações, com o que concorda Celso Luft (1976, p. 136-137).

Aliás, ainda a respeito da predicação, a única divergência que encontramos foi na nomenclatura adotada em cada período, como esperávamos:

Quadro 2 – Relação da nomenclatura adotada ao longo do tempo

TRANSITIVIDADE		COMPLEMENTO	
XIX	XXI	XIX	XXI
Verbo substantivo (referente ao <i>ser</i>)	VL	Complemento necessário do verbo relativo	Complemento verbal de VTI, VTAdv. ou VI, ou seja, OI, CAdv. ou AAAdv.
Verbo adjetivo	VI ou VT	Complemento necessário do verbo de ação transitiva	Complemento verbal do VTD, ou seja, OD
Verbo (adjetivo) relativo	VTI, VTAdv. ou VI	Complemento accidental	AAAdv. ou AAdn.
Verbo (adjetivo) transitivo	VTD		

Fonte: Elaboração própria.

Isto é, na sincronia pretérita⁶, falava-se em *verbo substantivo* e *verbo adjetivo*, sendo este correspondente aos *verbos intransitivo* e *transitivo* e aquele, ao *verbo de ligação*. Quanto aos complementos – conhecidamente definidos como o termo que completa ou modifica o seu antecedente –, verificamos que, no passado, eram divididos em *necessário* e *accidental*⁷. O primeiro era assim chamado por ser naturalmente exigido pelo antecedente, o que hoje categorizamos como *complemento verbal*; o segundo, de modo contrário, não era fundamental para integrar a significação da palavra anterior, sendo, portanto, o que atualmente identificamos como *adjunto adverbial* e *adjunto adnominal*. Por fim, o que antes⁸ era chamado de

⁶ Brandão (1888, p. 8).

⁷ Brandão (1888, p. 18).

⁸ Brandão (1888, p. 22-26).

complemento necessário do verbo relativo, passou a ser classificado como *objeto indireto*, *complemento adverbial* e *adjunto adverbial*; enquanto que o *complemento necessário do verbo de acção transitiva* tornou-se o contemporâneo *objeto direto* – assim, *verbo relativo* corresponde a *verbo transitivo indireto* e *verbo transitivo*, a *verbo transitivo direto*.

Posto isso, passemos ao tópico seguinte para verificarmos como os gramáticos que compõem o nosso referencial teórico prescrevem a regência dos verbos sob estudo; em seguida, analisaremos algumas pesquisas de linguistas sobre esse tema.

Transitividade e regência dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* – o que nos dizem os gramáticos

Antes de iniciarmos esta discussão, vale dizer que, quando nos referimos a “*esquecer(-se)*” e “*lembrar(-se)*” neste artigo, abarcamos simultaneamente as duas formas verbais que lhes são possíveis – ou seja, fazemos uma menção a ambos os verbos de modo geral. Assim, como o pronome pode ou não ajuntar-se ao verbo, sinalizamos isso com os parênteses. Por isso, no momento em que não nos valem desse sinal, estamos fazendo referência a uma forma específica, por exemplo: *lembrar* (forma simples) em oposição a *lembrar-se* (forma pronominal).

Começemos, portanto, pelos autores que compõem o referencial de análise do *corpus* de língua do século XIX: Thomaz Brandão (1888), com sua *Syntaxe e Construção da Língua Portuguesa*, e Cláudio Brandão (1963), com sua *Sintaxe Clássica Portuguesa* – respectivamente, pai e filho. Ambas as gramáticas são aqui consideradas pré-NGB⁹, mesmo a de Cláudio Brandão datada de 1963, pois era contra as mudanças propostas pela nova Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Agora, passemos a Celso Luft (1976, 2008) e Cunha e Cintra (2017), com base nos quais avaliaremos o *corpus* de língua do século XXI. Esses são gramáticos pós-NGB, mas, contudo têm motivações divergentes das de Brandão (1963). Isto é, em sua *Gramática resumida*, por exemplo, Celso Luft, tendo como objetivo divulgar e explicar a NGB, enquanto filólogo, linguista e professor, priorizou a prática da língua em vez do estudo somente em nível de análises gramaticais. Aproximando-se desse posicionamento, temos Lindley Cintra e Celso

⁹ A NGB foi instituída em 1959 com o objetivo de padronizar a terminologia utilizada nacionalmente no ensino ou no estudo individual da língua portuguesa brasileira.

Cunha, também filólogos e professores. Juntos, colaboraram na escrita da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

Abordemos enfim as orientações para o emprego dos verbos sob estudo. Do ponto de vista semântico, começemos por estabelecer que, de acordo com os quatro manuais consultados, o verbo *esquecer(-se)*, em ambas as formas – ou seja, *esquecer* e *esquecer-se* – e em todas as construções, tem apenas a acepção de *olvidar, sair da lembrança*, enquanto o *lembrar(-se)* atualmente tem três: i) *recordar, relembrar* (a mais recorrente e foco desta pesquisa); ii) *trazer à lembrança, sugerir, evocar*; iii) *fazer recordar, advertir*. Do ponto de vista sintático, no entanto, encontramos algumas divergências, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 3 – Transitividade dos verbos conforme a norma vigente em cada sincronia

Gramáticos	Transitividade			
	esquecer	esquecer-se	lembrar	lembrar-se
Brandão (1888)	VTD, VI	VTI	VI, VTDI	VTI
Brandão (1963)	VTDI	VTI	VTDI	VTI
Celso Luft (2008)	VTD, VTI, VI	VTDp(I) ¹⁰	VTD, VTI, VTD(I), VI	VTDp(I)
Cunha e Cintra (2017)	VTD, VI	VTI	VTD, VTDI, VI	VTI

Fonte: Elaboração própria a partir de Brandão (1888); Brandão (1963); Celso Luft (2008); e Cunha e Cintra (2017).

Diante do Quadro 3, verificamos uma divergência entre os próprios gramáticos da sincronia pretérita, já que Brandão (1963) prescreve o uso desses verbos apenas na forma pronominal – além da possibilidade de empregá-los como VTDI –, enquanto Brandão (1888) inova ao registrar o verbo *esquecer* desacompanhado de pronome, mas apenas este.

Ao verificarmos isso, fomos levados a pensar que a forma simples desse par ainda não fizesse parte da norma padrão daquele período, o que foi corroborado por Ribeiro (1923) – a quem mais tarde recorreremos como leitura complementar. Isso porque, para este, “é galicismo, usado como verbo transitivo. *Esquecer o chapéu* por *esquecer-se do*. Mas é de bom quilate: *esqueceu-me o chapéu* (ou *esqueci-me do chapéu*)” (p. 247) – isso, por outro lado, põe-nos em dúvida quanto ao uso de *lembrar*, que não foi mencionado; no entanto, por serem próximos sintaticamente, encontramos a possibilidade de isso se aplicar a ele também. Ainda sobre isso,

¹⁰ Segundo o referido autor, na classificação VTDp(I) – equivalente ao tradicional VTI –, o complemento indireto se encontra entre parênteses porque, como sabemos, é possível que a preposição seja omitida em alguns casos. Sob esse ponto de vista alternativo, podemos dizer também que, quando classificado como VTI, o verbo, na verdade, terá sido empregado na forma simples (ou seja, sem o pronome) com complemento indireto. Contudo, detenhamo-nos a essa proposta no subtópico seguinte.

saibamos: “força é confessar que, apesar da reacção dos grammaticos, os gallicismos vão sendo adoptados na língua escripta e em grande numero já correm na linguagem popular” (Ribeiro, 1923, p. 248). Contudo, ainda que essa seja uma discussão relevante, deixaremos que outros pesquisadores deem continuidade a ela, sendo suficiente para o nosso estudo apenas essas informações.

Agora, prossigamos refletindo sobre os registros dos gramáticos contemporâneos. De maneira geral, embora notemos que Celso Luft (2008) apresente uma classificação alternativa, que se destaca apenas por evidenciar a forma assumida pelo verbo, não entendemos que as prescrições divergiam entre si como na sincronia pretérita. Isto é, tanto *esquecer(-se)* quanto *lembrar(-se)*, quando da forma simples, serão tradicionalmente empregados ou com complemento direto, ou sem complemento explícito em ambas as propostas; e quando da pronominal, com complemento indireto – ou seja, como VTI para Cunha e Cintra (2017) e VTDp(I) para Celso Luft (2008). Sobre isso, os autores também concordam que sejam *viciosas* (ou então, *brasileirismos*) as construções em que o pronome é elidido, sobretudo quando há um complemento oracional no infinitivo e naquelas em que a preposição é suprimida, sendo isso característico do verbo na forma pronominal.

Sabendo que há mais duas construções correntes na literatura, mencionamos o seguinte:

Aparentemente quatro modos de dizer o mesmo: (1) alguém esquece um incidente, (2) alguém (se) esquece de um incidente, (3) um incidente esquece a alguém ou esquece a alguém um incidente e (4) esquece a alguém de um incidente. Notar porém que (1) e (2) realçam a pessoa, sujeito do esquecer, ao passo que (3) e (4) impessoalizam o esquecer – efetivamente, sintaticamente, em (4) –, subjetivando o objeto do esquecer [em (3)]. A construção (1) é a mais usada, mais simples e econômica, ao passo que (3) e (4) são da linguagem literária. (CELSON LUFT, 2008, p. 277)

Contudo, devemos logo mencionar que essas construções foram excluídas da análise porque acreditamos ser necessário um estudo mais detalhado a respeito da semântica desses verbos, o que diverge do objetivo geral desta pesquisa e infringe os limites que nos impõe a elaboração deste artigo.

Dito isso, finalizemos esta seção comparando as prescrições vigentes em ambas as sincronias: i) entendemos que o verbo introduzido por complemento indireto na forma pronominal aparentava ter mais prestígio em tempos remotos, o que se justifica pelo fato de os gramáticos da sincronia pretérita não registrarem – Brandão (1963) – ou registrarem em partes – Brandão (1888) – a forma simples acompanhada de complemento direto, tendo sido esta um

gallicismo, conforme Ribeiro (1923); ii) verificamos que ambas as formas estão igualmente reconhecidas nas gramáticas contemporâneas consultadas – desde que a simples seja empregada com complemento direto, ou intransitivamente, e a pronominal, com complemento indireto –, o que nos possibilita a interpretação de que passaram a ser aceitas como parte da norma padrão da língua; iii) as variantes consideradas *viciosas* nos manuais de consulta contemporâneos tinham esse mesmo *status* nos da sincronia pretérita, com exceção da forma VTD, que hoje é aceita, como sabemos.

Nesta pesquisa não deixamos de considerar que há, na literatura, uma discussão sobre o fato de os verbos sob análise serem considerados ou pronominais ou reflexivos; no entanto, não entraremos nessa discussão, porque não se mostra relevante para análise de nossos dados.

Em síntese, após essa revisão, o que podemos concluir a respeito desses verbos é que a ausência de um consenso sobre qual nomenclatura adotar não modifica completamente a classificação sintática – ou seja, é de comum acordo que o complemento direto integre-se à forma simples dos verbos e o indireto, à pronominal. Por isso, assumiremos a seguinte posição: para analisarmos todos os dados desta pesquisa, adotaremos a classificação de Celso Luft (2008) por nos parecer mais adequada ao considerar tanto a forma verbal simples quanto a pronominal – além de que essa interpretação, embora alternativa, não é tão divergente da dos demais gramáticos, uma vez que aponta para o que é tradicionalmente esperado da regência desses verbos, como vimos. No entanto, como ele não se posiciona explicitamente a respeito do funcionamento do pronome em *esquecer-se* e *lembrar-se*, ao fim estaremos considerando-o *parte integrante* – ou então, nos termos de Luft, *objeto direto pronominal* fossilizado, vazio –, já que todos os gramáticos consultados, ainda que conflitem a respeito da nomenclatura adotada, consideram-no dessa maneira nesses verbos.

Transitividade e regência dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* o que nos dizem as pesquisas na área da Linguística

Ao longo deste estudo, não localizamos pesquisas que lidassem diacronicamente com os verbos sob análise. O máximo que encontramos a respeito e que convergissem para a nossa investigação foram dois trabalhos que lidaram sincronicamente com o mesmo objeto, mas sob pontos de vista diferentes, conforme veremos agora.

Começamos por apresentar a pesquisa de base funcionalista de Marques (2006), cujo objetivo geral foi o de analisar o uso de regência dos verbos *pagar*, *perdoar*, *assistir*, *obedecer*, *chegar*, *ir*, *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* em textos de todos os tipos, datados na primeira metade do século XX, em contraposição ao que apregoavam os manuais de consulta tradicional. Como objetivo secundário, ela também se dedicou a comparar, por fim, esses resultados aos de sua pesquisa de Iniciação Científica, na qual foram investigados os mesmos verbos em um *corpus* de língua escrita do PB da segunda metade do século XX.

Passando aos resultados, destacamos o seguinte a respeito de *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)*: i) Marques (2006) verificou que a forma não pronominal do *esquecer(-se)* foi mais frequente, enquanto que a do *lembrar(-se)* foi a pronominal; ii) ainda no que diz respeito às formas (não pronominal e pronominal), ambos os verbos foram predominantemente empregados com o complemento previsto nos manuais de consulta tradicional; iii) quanto ao número de construções oracionais, o resultado também se mostrou bem aproximado, já que, na verdade, houve uma grande preferência por complementos não oracionais para ambos; iv) comparando seus dois trabalhos, verificamos que, embora todos os verbos sob estudo tivessem sido empregados em grande parte conforme à norma vigente, na segunda metade do século XX, esse resultado sofreu uma breve diminuição.

Santos (2021), amparada nos fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, teve por objetivo descobrir a frequência de uso das variantes pronominal, não pronominal com complemento direto e não pronominal com complemento indireto dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)*, além dos fatores que as estivessem condicionando – a saber, foram utilizadas amostras de língua falada do início de 1990 e 2000. Para isso, a pesquisadora trabalhou com as variáveis linguísticas *pessoa gramatical*, *sujeito explícito* e *verbo* e com as variáveis extralinguísticas *localidade*, *gênero*, *grau de escolaridade*, *modalidade da língua* e *tipo de texto*.

Os resultados obtidos foram: i) de modo geral, ambos os verbos foram mais empregados na forma não pronominal; ii) assim como Marques (2006), Santos (2021) percebeu que, apesar de as gramáticas apresentá-los como similares em termos de regência verbal, *lembrar-se*, no entanto, teve frequência de uso um pouco maior que *esquecer-se*, o que lhe rendeu a hipótese de que “[...] o verbo “esquecer(se)” está em um ponto mais avançado do processo [de aparente mudança em progresso]: suas formas pronominais passaram a ser abandonadas antes que as formas pronominais do verbo “lembrar(-se)” (p. 887); iii) no que diz respeito ao uso das

variantes não pronominais, o *esquecer* foi mais utilizado na forma transitiva direta, ao passo que *lembrar*, na transitiva indireta.

Posto isso, passemos agora à discussão dos dados. Primeiramente, conferiremos os da sincronia pretérita, em seguida, os da sincronia contemporânea, para, por fim, realizarmos o estudo comparativo, conforme os pressupostos metodológicos da LH.

Análise dos dados

Embora saibamos que entre *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* haja uma “estreita afinidade ideológica e sintática” (Rocha Lima, 2011, p. 529), é chegado o momento de verificarmos, assim como Marques (2006) e Santos (2021), se, no uso, eles ainda têm se mantido tão próximos conforme apontam os manuais de consulta tradicional. Assim, para seguirmos de acordo com a ordem temporal das ocorrências, começemos por apresentar os dados d’*O Universal* para depois discutirmos os da *Folha de S. Paulo*, d’*O Globo* e d’*O Tempo*. Ao fim, portanto, compararemos os resultados de ambas as sincronias, a fim de efetivarmos o objetivo geral desta pesquisa.

O Universal

Vejamos o total de ocorrências de estruturas com o verbo *esquecer(-se)*:

Tabela 1 – Total de ocorrência de *esquecer(-se)*

FORMAS VERBAIS	JORNAL	
	<i>O Universal</i>	
	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
<i>esquecer</i> (VTD)	4	26,6%
<i>esquecer-se</i> Ó (VTDp)	-	-
<i>esquecer-se</i> de (VTDpI)	4	26,6%
<i>esquecer</i> de (VTI)	-	-
<i>esquecer(-se)</i> empregado com outras acepções	-	-
<i>esquecer(-se)</i> empregado sem complemento explícito	-	-
<i>esquecer(-se)</i> empregado na 3ª pessoa	1	6,6%
<i>esquecer(-se)</i> empregado na forma nominal	5	33,3%
<i>esquecer(-se)</i> empregado na voz passiva	1	6,6%
TOTAL	15	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme mostra a Tabela 1, localizamos ao todo 15 ocorrências do verbo *esquecer(-se)*, tendo sido excluídas 7 (isto é, 46,6% do *corpus* total) da análise porque: o verbo foi empregado na 3ª pessoa, tendo figurado como sujeito o objeto da oração; ou esteve na forma nominal (neste caso, no gerúndio); ou foi empregado na voz passiva.

Então foram consideradas apenas 8 ocorrências (53,3% do total), em que *esquecer(-se)*, significando *olvidar*, *sair da lembrança*, esteve flexionado e empregado com complemento explícito. Confirmamos alguns casos:

- a) Verbo na forma simples com complemento direto (VTD): “[...] o que não consiste sómente em confiar aos outros cousas que nos possam ser prejudiciaes, mas em não abusar das alheias; que sendo cousas indifferentes, devemos logo **esquece-las** [...]” (*O Universal*, 1825, 43. ed., p. 172)
- b) Verbo na forma pronominal com complemento indireto (VTDpI): “Esta distribuição de classes se deve levar a tal ponto de exactidão, que, se hum menino, depois de ter passado para huma classe superior, **se esquece do que aprendeo na inferior**, he preciso torna-lo a passar para-a classe de que tinha sahido [...]” (*O Universal*, 1825, 5. ed., p. 20).

Conforme os gramáticos consultados, para Brandão (1963) estaria adequado apenas o uso pronominal do verbo; para Brandão (1888), os dois usos localizados no *corpus* estão adequados. Assim, verificamos 100% de adequação às prescrições normativas das gramáticas coetâneas a’*O Universal*.

Agora, vejamos o uso de seu par, para, então, compará-los:

Tabela 2 – Total de ocorrência de *lembrar(-se)*

FORMAS VERBAIS	JORNAL	
	<i>O Universal</i>	
	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
lembrar (VTD)	1	2,4%
lembrar-se Ø (VTDp)	6	14,6%
lembrar-se de (VTDpI)	21	51,2%
lembrar de (VTI)	2	4,8%
lembrar(-se) empregado com outras acepções	6	14,6%
lembrar(-se) empregado sem complemento explícito	-	-
lembrar(-se) empregado na 3ª pessoa	1	2,4%
lembrar(-se) empregado na forma nominal	4	9,7%
lembrar(-se) empregado na voz passiva	-	-

TOTAL	41	100%
-------	----	------

Fonte: dados da pesquisa.

Como vimos acima, coletamos um total de 41 ocorrências do verbo *lembrar(-se)*, tendo sido excluídas 11 (26,8%) da análise porque: o verbo foi empregado na 3ª pessoa, tendo figurado como sujeito o objeto da oração; ou esteve na forma nominal (neste caso, no gerúndio); ou foi empregado na voz passiva.

Por isso, das 41 ocorrências, analisamos 30 (73,1% do total), nas quais *lembrar(-se)*, significando *recordar*, *relembrar*, foi flexionado e empregado com complemento explícito, conforme:

- Verbo na forma simples com complemento direto (VTD): “Mas a verdade he, que este Desembargador não aprecia esta propriedade, pois no Diário do Conselho N.º 3.º indica a necessidade, que há de huma Imprensa Nacional no Ouro Preto, como há em quasi todas as Provincias, e **lembra**, que se peça a S. M. o Imperador.” (*O Universal*, 1825, 23. ed., p. 90)
- Verbo na forma simples com complemento indireto (VTI): “He no ministerio do Marquez de Cleremont-Touerre ajudante de campo do Rei José Napoleão, e que tinha o grão de Coronel no antigo exercito (do que o General Foy o fez **lembrar** na tribuna, há trez anno) que se acaba de adoptar huma medida bem differente, que segundo a energica expressão do mesmo orador anniquillou-se a vida de tantos bravos.” (*O Universal*, 1825, 31. ed., p. 122)
- Verbo na forma pronominal com complemento indireto ausente (VTDp): “Que mais precisamos nós, do que **lembrar-nos**, que as nossas luzes, as nossas artes, a nossa literatura, e as nossas sciencias, tudo nos vem da Grecia; não basta que digamos a nós mesmos?” (*O Universsal*, 1825, 41. ed., p. 163)
- Verbo na forma pronominal com complemento indireto (VTDpI): “Não **se lembrou** tãoobem o Auctor de mal tão frequente.” (*O Universal*, 1825, 47. ed., p. 188)

A partir da Tabela 2, verificamos que, diferentemente do que ocorreu com *esquecer(-se)*, a forma pronominal de *lembrar(-se)* foi a mais frequente, o que corresponde a 90% do *corpus* analisado. Quanto ao uso de regência, verificamos 70% de adequação às prescrições, tendo sido os outros 30% referentes às 9 formas empregadas como VTD (*lembrar*), VTI (*lembrar de*) e VTDp (*lembrar-se* Ø), as quais não são reconhecidas por Brandão (1888) e

Brandão (1963) como padrão na língua – o que podemos apontar como variantes inovadoras para aquele período. Nesse jornal, localizamos uma preferência por VTDp, o que ocorreu devido ao emprego de complemento oracional, como esperávamos.

Folha de S.Paulo, O Globo e O Tempo

Agora, vejamos os resultados obtidos nas notícias dos referidos jornais, publicadas entre 2021 e 2022, o que compõe uma parcela do *corpus* de língua portuguesa do Brasil do século XXI. Assim como antes, apresentemos primeiro o total de ocorrências registradas:

Tabela 3 – Total de ocorrência de *esquecer(-se)*

FORMAS VERBAIS	JORNAIS					
	<i>Folha</i>		<i>O Globo</i>		<i>O Tempo</i>	
	<i>qnt</i>	<i>%</i>	<i>qnt</i>	<i>%</i>	<i>qnt</i>	<i>%</i>
esquecer (VTD)	4	33,3%	2	100%	2	50%
esquecer-se Ø (VTDp)	-	-	-	-	-	-
esquecer-se de (VTDpI)	6	50%	-	-	1	25%
esquecer de (VTI)	1	8,3%	-	-	1	25%
esquecer(-se) empregado com outras acepções	-	-	-	-	-	-
esquecer(-se) empregado sem complemento explícito	-	-	-	-	-	-
esquecer(-se) empregado na 3ª pessoa	-	-	-	-	-	-
esquecer(-se) empregado na forma nominal	1	8,3%	-	-	-	-
esquecer(-se) empregado na voz passiva	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12	100%	2	100%	4	100%

Fonte: dados da pesquisa.

De modo geral, obtivemos 18 ocorrências do verbo *esquecer(-se)* – 12 da *Folha*, 2 d’*O Globo* e 4 d’*O Tempo*. Desse número, tivemos de excluir da análise apenas um caso, coletado de *Folha de São Paulo*, 03/04/22, porque o verbo foi empregado na forma nominal (neste caso, no gerúndio).

Assim, analisamos 17 ocorrências (o que corresponde a 94,4% do *corpus* total), nas quais *esquecer(-se)*, obedecendo aos já referidos critérios, foi assim empregado:

- a) Verbo na forma simples com complemento direto (VTD): “Os governantes deveriam avaliar as reivindicações de reposição salarial sem **esquecer** as limitações financeiras e as demais necessidades de gastos.” (*O Globo*, 04 abr. 2022)

- b) Verbo na forma simples com complemento indireto (VTI): “E não **esquecer de visitar o salão de banho e tosa** pelo menos uma vez por semana para manter a saúde da pele e a beleza do pelo. (*Folha de S. Paulo*, 04 abr. 2022)
- c) Verbo na forma pronominal com complemento indireto (VTDpI): “E não podemos **nos esquecer da direção** (de veículos).” (*O Tempo*, 16 nov. 2021)

Discutindo os resultados, podemos dizer que ambas as formas verbais foram aproximadamente frequentes no *corpus* analisado; no entanto, destacamos a relativa preferência pela forma simples, com 10 ocorrências, em detrimento da pronominal, com 7 – a saber, a mais utilizada pela *Folha*. No que concerne ao uso de regência, verificamos 88,2% conformes ao que preconizaram Celso Luft (2008) e de Cunha e Cintra (2017). Desse modo, são inovadoras as 2 ocorrências do verbo na forma simples com complemento indireto (VTI) – ou seja, *esquecer de* –, o que corresponde a 11,7% de inadequação às prescrições normativas.

Tabela 4 – Total de ocorrência de *lembrar(-se)*

FORMAS VERBAIS	JORNAIS					
	<i>Folha</i>		<i>O Globo</i>		<i>O Tempo</i>	
	<i>qnt</i>	%	<i>qnt</i>	%	<i>qnt</i>	%
lembrar (VTD)	13	46,4%	6	60%	10	71,4%
lembrar-se Ø (VTDp)	-	-	-	-	1	7,1%
lembrar-se de (VTDpI)	3	10,7%	-	-	-	-
lembrar de (VTI)	1	3,5%	1	10%	-	-
lembrar(-se) empregado com outras acepções	3	10,7%	-	-	-	-
lembrar(-se) empregado sem complemento explícito	3	10,7%	-	-	1	7,1%
lembrar(-se) empregado na 3ª pessoa	-	-	-	-	-	-
lembrar(-se) empregado na forma nominal	5	17,8%	3	30%	2	14,2%
lembrar(-se) empregado na voz passiva	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28	100%	10	100%	14	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Como é possível perceber na Tabela 4, localizamos um total de 52 ocorrências do verbo *lembrar(-se)*, das quais foram excluídas 17 (32,6%) da análise, porque o verbo foi empregado com outras acepções (neste caso, com a de *sugerir, parecer com*; o verbo foi empregado sem complemento explícito; o verbo foi empregado na forma nominal (neste caso, no particípio).

Assim, das 52 ocorrências, em 35 (ou seja, 67,3% do *corpus* total), *lembrar(-se)* assim se manifestou:

- a) Verbo na forma simples com complemento direto (VTD): “No país, o especialista **lembrou** que o transporte público acontece principalmente por ônibus, já que são sistemas mais baratos para a implantação, diferentemente do metrô, que tem maior capacidade e é considerado mais rápido.” (*O Tempo*, 16 nov. 2021);
- b) Verbo na forma simples com complemento indireto (VTI): “A Comlurb agradece aos garis que, em sua maioria, estão nas ruas trabalhando e **lembra** da importância para a cidade do Rio do retorno ao serviço daqueles que aderiram à greve ilegal.” (*O Globo*, 04 abr. 2022)
- c) Verbo na forma pronominal com complemento indireto ausente (VTDp): “A adolescente disse que a última vez que foi estuprada foi há cerca de 20 dias e que não **se lembrava** qual dos dois suspeitos tinham cometido o crime.” (*O Tempo*, 19 nov. 2021)
- d) Verbo na forma pronominal com complemento indireto (VTDpI): “O que mata a gente é o fanatismo e a cegueira. Deixou de entender o povão, já era”. **Lembra-se disso**, caro leitor?” (*Folha de S. Paulo*, 05 abr. 2022)

Em síntese, na sincronia do século XXI, assim como ocorreu com *esquecer(-se)*, a forma simples de *lembrar(-se)* foi a mais utilizada. Dela registramos ao todo 31 ocorrências (88,5% do *corpus* analisado), enquanto que, na forma pronominal, foram 4 ocorrências (11,4%), das quais 3 foram empregadas pela *Folha*. Quanto ao uso de regência, conforme os manuais consultados, verificamos 91,4% de adequação às prescrições; já as duas ocorrências de VTI (*lembrar de*) e a única de VTDp (*lembrar-se* Ø) ocorreram como formas inovadoras nesses jornais contemporâneos. Os dados nos mostram que, das variantes não padrão, a mais frequente no *corpus* de língua do século XXI foi a forma simples com complemento indireto (VTI), o que se aplicou a ambos os verbos em estudo.

Análise comparativa do uso de regência dos verbos esquecer(-se) e lembrar(-se) em ambas as sincronias

Como vimos, ainda que os manuais de consulta tradicional apontem para a aproximação sintática de que compartilham os verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)*, não deixamos de observar um certo distanciamento entre eles no que diz respeito ao seu uso, assim como

verificaram Marques (2006) e Santos (2021). Podemos começar a notar isso na divergência de dados coletados nas notícias de ambas as sincronias, conforme:

Tabela 5 – Total de ocorrência dos verbos

VERBOS	SÉCULOS	
	XIX	XXI
esquecer(-se)	15	18
lembrar(-se)	41	52

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 5 mostra que os falantes (ou melhor, os redatores) têm preferido ainda mais o verbo *lembrar(-se)* a *esquecer(-se)*, nos *corpora* utilizados. Diante dessa discrepância, hipotetizamos a possibilidade de as estruturas em que o adjunto adverbial de negação estivesse caracterizando o verbo *lembrar(-se)* terem se sobressaído ao uso de *esquecer(-se)*, o que por consequência também nos fez cogitar que este pudesse ter um peso semântico ainda mais negativo. Entretanto, vimos que isso não se configurou – ao menos, não neste estudo –, já que essas construções compuseram apenas 5,7% do *corpus* total de língua do século XIX e 38,8% do *corpus* de língua do século XXI. Contudo, como dissemos anteriormente, ainda verificamos a necessidade de futuras pesquisas deterem-se ao valor semântico de ambos os verbos, a fim de conferirem se isso impacta a escolha de um a outro, além de avaliarem em outros *corpora* se o *esquecer(-se)*, de fato, vem sendo menos usado que seu par no PB.

No que concerne à forma dos verbos, também vimos o seguinte nos *corpora* analisados:

Tabela 6 – Relação do emprego de *esquecer(-se)* em ambas as sincronias

FORMAS VERBAIS	SÉCULOS	
	XIX	XXI
esquecer (VTD)	4	8
esquecer-se Ø (VTDp)	-	-
esquecer-se de (VTDpI)	4	7
esquecer de (VTI)	-	2
TOTAL	8	17

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 7 – Relação do emprego de *lembrar(-se)* em ambas as sincronias

FORMAS VERBAIS	SÉCULOS	
	XIX	XXI
lembrar (VTD)	1	29
lembrar-se Ø (VTDp)	6	1
lembrar-se de (VTDpI)	21	3
lembrar de (VTI)	2	2
TOTAL	30	35

Fonte: dados da pesquisa.

Verificamos que n’*O Universal*, o verbo *esquecer(-se)* foi igualmente usado em ambas as formas, que, por sinal, são aceitas pelos manuais da sincronia pretérita; o *lembrar(-se)*, por sua vez, foi fortemente empregado na forma pronominal – a única reconhecida como padrão naquele período. Quanto aos jornais contemporâneos, verificamos que, para o *esquecer(-se)*, mais uma vez ambas as formas verbais estiveram aproximadamente frequentes no *corpus* analisado, tendo se destacado um pouco mais a forma simples – ou seja, o *esquecer* –, especialmente quando comparamos seu uso ao longo do tempo. Contudo, para o seu par, localizamos uma grande preferência pela forma simples – isto é, por *lembrar* –, ao contrário dos resultados de Marques (2006), por exemplo, e do que ocorreu n’*O Universal*, como vimos.

Quanto ao uso de regência, na sincronia pretérita verificamos 100% de adequação às prescrições normativas para o *esquecer(-se)* e 70% para o *lembrar(-se)*, cujas formas inadequadas foram VTD (*lembrar*), VTI (*lembrar de*) e VTDp (*lembrar-se* Ø), conforme Brandão (1888) e Brandão (1963). Nesse sentido, podemos pensar que essas fossem as variantes inovadoras e estigmatizadas daquele período – dessas três, destacamos a forma pronominal com preposição ausente (VTDp) como a mais utilizada. Na sincronia contemporânea, por outro lado, localizamos 88,2% de adequação no uso de *esquecer(-se)* – tendo sido as 2 ocorrências de VTI (*esquecer de*) as inovadoras da vez – e 91,4% no de *lembrar(-se)*, cujas inadequações dizem respeito às duas ocorrências de VTI (*lembrar de*) e à única de VTDp (*lembrar-se* Ø).

Considerações finais

O presente estudo buscou compreender, à luz da Linguística Histórica e da descrição gramatical normativa, o comportamento dos verbos *esquecer(-se)* e *lembrar(-se)* no gênero notícia, comparando amostras de jornais do século XIX e do século XXI. A análise revelou que, embora ambos os verbos sejam historicamente descritos como de uso semelhante em termos de regência, suas ocorrências nos corpora investigados indicam caminhos distintos quanto ao prestígio e à frequência de uso das variantes pronominal e não pronominal.

Constatamos que, apesar das prescrições tradicionais privilegiarem a forma pronominal com complemento indireto como padrão, especialmente no século XIX, os dados do século

XXI sugerem uma tendência crescente à simplificação estrutural, com o apagamento do pronome reflexivo e a preferência por construções com complemento direto. Essa tendência pode ser lida como um indício de mudança linguística, ainda que tímido, pois, conforme já discutido, a escrita jornalística – por natureza conservadora e monitorada – tende a resistir mais às transformações gramaticais em curso.

Dentre os dois verbos analisados, lembrar(-se) apresentou maior variação e maior ocorrência em ambos os períodos, o que levanta a hipótese de que sua maior flexibilidade semântica e pragmática possa influenciar diretamente na sua maior produtividade. Ademais, foi possível verificar que, nas ocorrências analisadas, as formas consideradas inovadoras – especialmente o uso de lembrar e esquecer na forma simples com complementos indiretos – estiveram presentes tanto nos textos do século XIX quanto nos do XXI. No entanto, sua frequência ainda não é suficiente para confirmar uma mudança consolidada, o que reafirma o caráter gradual e discreto da mudança linguística, conforme proposto por Faraco (1997).

Nesse sentido, o estudo contribui para a discussão sobre a normatividade gramatical e sua relação com o uso efetivo da língua nos textos escritos de circulação social ampla. Ao evidenciar o uso real da língua, o trabalho tensiona o imaginário da estabilidade gramatical e do caráter imutável da norma, evidenciando que, mesmo em gêneros marcadamente normativos como a notícia jornalística, há espaço para variação e inovação.

Reforçamos, portanto, que a análise do comportamento desses dois verbos mostra não apenas como a norma se preserva ou se flexibiliza ao longo do tempo, mas também como os usos sociais da linguagem dialogam com prescrições normativas de formas complexas e nem sempre previsíveis. Esses dados, somados a estudos anteriores como os de Marques (2006) e Santos (2021), indicam a necessidade de novas investigações que contemplem não apenas a regência, mas também aspectos semânticos e pragmáticos desses verbos, a fim de compreender mais profundamente as motivações por trás das preferências formais dos falantes e redatores.

Por fim, acreditamos que os resultados aqui apresentados podem auxiliar tanto na revisão crítica dos manuais normativos quanto na formação de professores e profissionais da linguagem, ao mostrar a relevância de se considerar o uso real da língua em suas múltiplas dimensões históricas, sociais e funcionais.

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.** *Jornais Mineiros: O Universal*. Sistema Integrado de Acesso do APM (SIAAPM). Belo Horizonte, [19-?]. Acervo. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&andor=AND&tipo_nome=1&text_nome=O&titulo=2&num_edicao=&dtini1=1825&dtini2=1825&tipo_nome_local=1&text_nome_local=A&local_edicao=0&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=ec20dedda1ff9f899f2abdc48a7165e. Acesso em: 05 mai. 2021.
- BAKHTIN, M.** Os gêneros do discurso. In: **BAKHTIN, M.** *Estética da criação verbal*. Traduzido por Maria Ermantina Galvão Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979]. p. 261-306.
- BRANDÃO, T. S.** *Syntaxe e construção da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Typ. D. Antonio José Gomes Brandão, 1888.
- BRANDÃO, C.** *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.
- CUNHA, C.; CINTRA, L.** *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- FARACO, C. A.** *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- FARACO, C. A.** O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: **LAGARES, X. C.; FOLHA DE S. PAULO** (orgs.). *Manual da Redação*. 12. ed. São Paulo: Publifolha, 2007.
- GUIMARÃES, E.** A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*. v.57, n. 2. São Paulo abr./jun., 2005.
- HISTÓRIA da Folha.** *Folha UOL*, São Paulo, [199-?]. História da Folha. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4. Acesso em: 10 mai. 2022
- LAGE, N.** *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2006. (Série Princípios).
- LUFT, C. P.** *Dicionário prático de regência verbal*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- LUFT, C. P.** *Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.
- MARCUSCHI, L. A.** *Da fala para escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Contexto, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais no ensino de língua. In: **MARCUSCHI, L. A.** *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 147-224.

MARQUES, R. A. *O padrão culto escrito em uso no Brasil em gêneros textuais do domínio jornalístico*. 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ALDR-896QUT/1/1229d.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

MARQUES, V. C. *Um estudo de regência verbal na primeira metade do século XX: a tensão entre prescrição normativa e uso real*. 2006. 318 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93974/marques_vc_me_ararafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 jul. 2021.

MATTOS E SILVA, R.V. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. SP: Parábola, 2008.

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985. (Coleção Meios de Comunicação Social).

MENDES, J. F. *O “silêncio” das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros*. 2007. 212 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/794/1/Jairo%20Faria%20Mendes.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

REZENDE, I. N. de. “O Universal”: um jornal mineiro no tempo da Regência (1825-1842). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 25, 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772191_463dd3bd9684644d8881a3d41b3581dd.pdf. Acesso em 07 set. 2022.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 20. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923. p. 247-251.

SANTOS, K. R. C. dos. Os verbos “lembrar(-se)” e “esquecer(-se)”: um estudo variacionista. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 870-892, jul. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v50i2.3081>. Acesso em: 13 ago. 2021.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Recebido em: 24 de fevereiro de 2025.

Aceito em: 22 de abril de 2025.